

ACTA N.º 003/2008

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS REALIZADA NO
DIA DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E OITO**



Aos dez dias do mês de Março de dois mil e oito, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr. Presidente da Mesa, Luís Alberto Trindade da Silva, Nuno José Ferreira Lopes, primeiro secretário, Maria Eduarda Martinho S. Santos, segundo secretário, e os membros, Abel Resina de Sousa, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Carolino Rodrigues, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, António Manuel Pedroso Leal, Diamantino Fazenda Bernardo, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, Evangelina Maria Leiria Mendes, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, João José Rodrigues Maia Serôdio, João Maria Gomes da Silva, João Paulo Vieira Santos, João dos Santos Abreu, José Cavalheiro Conde, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Manuel João Mota Cardoso, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Marta José Guerra Pereira da Silva, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte, Rogério Manuel Antunes Rosa e Susana Domingos Gaspar.-----

Faltaram à sessão os seguintes membros:, Carlos Manuel Simões Barata, José Duarte da Silva Vaz Teixeira e José Gil Carreira Maia Serôdio.-----

Foi solicitada a seguinte substituição para esta sessão: nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Carlos Manuel Simões Barata por José Carlos Rodrigues Pedro.

Encontravam-se também presentes o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice Presidente e Vereador Sr. João Manuel Pereira.-----

ORDEM DE TRABALHOS

Apresentação e discussão do CHERE – Centro Histórico em Requalificação

Estratégica

Foi, de seguida, dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que resumidamente expressou que o conteúdo do documento já entregue a todos os membros, foi idealizado tecnicamente como uma proposta de recuperação do centro histórico e que assenta inclusivamente em se perceber que o investimento previsto, não é um investimento qualquer, é um investimento sério. Acrescentou que com os limites da nova Lei das Finanças, esta talvez seja a derradeira possibilidade que a Câmara tem, de modo voluntário, em conjunto com os proprietários dos imóveis, de resolver o assunto. Todas as propostas, se forem sensatas e realistas, serão aceites. Referiu ainda que este momento pode ser bom para o centro histórico, que abrange Torres Novas e Lapas. Pretende-se ouvir a opinião da Assembleia e depois a Câmara poderá aceitá-la ou não, tendo em vista a feitura do Regulamento. De seguida e em PowerPoint foi apresentado o CHERE.-----

José Trincão Marques - Referiu não entender dois aspectos regulados na proposta apresentada a discussão. Um deles relacionado com os prazos demasiado curtos para a apresentação das candidaturas. O Sr. Presidente da Câmara Municipal veio agora esclarecer que tais prazos serão alargados, o que lhe parece correcto.

O outro aspecto criticável consta da página quatro, parágrafo número oito da proposta em discussão, onde se refere que só poderão candidatar-se ao programa pessoas singulares ou colectivas residentes ou com sede no concelho de Torres Novas. Qual é a lógica desta restrição, se o objectivo é revitalizar e recuperar o centro histórico? Que diferença faz ao Município ou ao centro histórico que alguém não residente ou com sede no Concelho de Torres Novas, invista e ajude na revitalização do centro histórico? Esta

limitação dos candidatos ao programa terem sede ou residência no Concelho de Torres Novas, devia ser eliminada.-----

Ramiro Silva – Fez a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar algumas observações de carácter geral. O documento em discussão é um princípio o que é positivo mas insuficiente, a que se chamou requalificação estratégica é objectivamente um plano, ou melhor, um pacote de incentivos, pois é efectivamente disso que se trata. Nesse sentido em nosso entender era mais profícuo, que tal análise e discussão se fizesse em simultâneo com o regulamento, uma vez que é neste documento que se concretizarão muitas das ideias e dos princípios aqui enunciados.

O ano passado quando aqui discutimos a Cidade Criativa e o Plano Estratégico para a reabilitação dos Centros Históricos de Torres Novas e Lapas, este último referia e bem “que o primeiro desafio que está colocado é o da recuperação e reabilitação quer no edificado, quer no espaço público, pelo que estes dois aspectos participam intensamente na estratégia a conceber para o ambiente urbano. Esta estratégia convocará os privados no que respeita ao edificado, e as entidades públicas e associativas no que toca à convocação e intervenção no espaço público bem como à regulamentação e gestão do seu uso. É por estarmos em completo acordo com esta estratégia e por, esta ter sido implementada com algum êxito em outros municípios, que entendemos e propomos que a par deste pacote de incentivos, se apresente um outro documento complementar que indique, qual a concepção e intervenção no espaço público, que funcionará ao mesmo tempo, como mais um incentivo à recuperação do edificado. Só assim, quem se propuser recuperar um determinado edifício saberá em que espaço se vai inserir, ou seja, vai saber à partida que tipo de vida terá, ou tem, o espaço urbano onde vai fazer o seu investimento e assim, pode rentabilizá-lo melhor. A autarquia ao desenhar este tipo de intervenção está a oferecer mais um incentivo à recuperação do edificado. Assim, a CDU entende que o êxito do pacote de incentivos agora proposto, depende em muito da concretização desta ideia e que entre outros aspectos deve ter isso em conta:

a) favorecer o acesso aos centros históricos, melhorando os transportes públicos, em especial os não poluentes.

b) impedir a circulação desordenada de veículos a criando espaços de estacionamento gratuitos.

c) Definição de uma estratégia para as Praças e Largos, atribuindo vocações específicas a cada uma, cultural, económica, convívio, lazer, etc.,

f) Erradicar as antenas.

g) Avaliação do potencial comercial Rua a Rua, etc.,

A concretização destas medidas permite melhorar as condições de habitação e estimula o investimento.

Quanto ao conteúdo do documento agora apresentado a CDU sugere as seguintes treze propostas:

1 – Que no documento se especifique sempre Centros Históricos de Torres Novas e Lapas, em vez de Centro Histórico de Torres Novas, uma vez que tal critério é adoptado em outros documentos.

2 – Que os apoios agora enunciados não tenham prazo de validade limitado.

3 – Equacionar também apoios à aquisição de apartamentos e não só ao arrendamento.

4 – Os apoios devem ser atribuídos aos jovens e casais jovens, independentemente a terem ou não filhos, pois o apoio à natalidade, não nos parece muito adequado neste caso.

5 – O critério mais correcto em nosso entender de apoio financeiro para intervenção em imóveis, não deve ser o da área de construção, mas sim, o do seu valor, porque este pode variar bastante em função da qualidade da construção.

6 – Os apoios financeiros às pessoas colectivas deviam ser diferenciados em função do seu volume de negócios.

7 – Na vertente social, propomos que na implementação de actividades se acrescente o associativismo e que a autarquia disponibilize uma verba para apoiar projectos em concreto para dinamização os centros históricos, aproveitando a existência nestes, de várias colectividades e que podem e devem ser chamadas a participar.

8 – Propomos que nos casos dos edifícios classificados o montante de 20.000€ possa ser excedido, podendo o apoio a conceder ir até 151. 20 total da obra.

9 – Consideramos que deve ser revista a imposição de só poderem candidatar-se pessoas singulares ou colectivas residentes ou sedeadas no concelho. Existem muitos imóveis e quase quarteirões inteiros que poderão ficar ao abandono.

10 – Propomos a eliminação do ponto 9, em que se impede o acesso aos apoios a pessoas com rendimentos inferiores a 5.000€. Será que um desempregado, ou reformado com baixos rendimentos não necessita mais que outros destes incentivos.

11 – Consideramos que a obrigatoriedade de apresentação de uma garantia bancária, é excessivo, uma vez que além de ser difícil de conseguir é muito cara, por isso devia encontrar-se outra solução. Caso esta proposta não seja considerada, que pelo menos se considere a libertação da garantia bancária após a passagem da licença de utilização.

12 – Em relação ao arrendamento citado no ponto 12 da proposta, a sua relação é algo confusa e de difícil interpretação, como é o caso “funções da especificidade do projecto apresentado” e em nosso entender tais apoios deviam ter plafons, os apoios devem ser em função dos rendimentos.

13 – A CDU propõe mais uma vez que seja constituída a Comissão de Acompanhamento para a recuperação dos centros Históricos de Torres Novas e Lapas aprovada na Câmara Municipal em 28 de Junho de 2006.

A CDU, apresenta este conjunto de propostas na convicção que a sua adopção contribuirá decisivamente para cumprir o objectivo primeiro em que todos estamos empenhados: a recuperação e revitalização dos centros Históricos de Torres Novas e Lapas.

Por último, gostaríamos de ver esclarecidas as três seguintes questões:

1 – Os incentivos agora propostos são cumulativos com os referenciados no anterior documento já citado, a saber: Prohabita, Proreabita, Porta 65.

2 – Os incentivos agora propostos são cumulativos com os benefícios previstos no O.E. 2008 ao nível do IVA, IRC e IRS para os municípios que definam zonas de reabilitação urbana, aprovadas pela Assembleia Municipal?

3 – O Plano Estratégico de Reabilitação dos Centros Históricos de Torres Novas e Lapas, já por nós várias vezes referenciado, o que faz todo o sentido, mas fica-nos a sensação que quem faz este pacote recente não o leu, refere o citado plano o grande número de fogos desocupados e devolutos (mais de 300 no caso do C. H. de Torres Novas) bem como de famílias com idosos (mais de 50% no caso do centro histórico) Mas curiosamente

no documento agora apresentado, não se vê nenhuma medida específica para dar resposta a esta situação, em concreto.

Não seria adequado responder com alguns apoios a estas famílias, ou penalizar através do IMI, ou de outra forma como acontece em outros municípios, quem mantém ao longo de anos e anos os imóveis devolutos e desocupados degradando o edificado e contribuindo para o abandono destes espaços?

A CDU, ao analisar, reflectir, questionar e propor, cumpre o seu dever para com os eleitores que em si confiaram, confirma um estilo de intervenções baseado na crítica construtiva e na proposta, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida dos munícipes do nosso concelho”.-----

Hélder Duque – Interveio fazendo algumas referências, nomeadamente ao prazo estabelecido para início e fim das candidaturas e que gostava que este ficasse bem esclarecido. Acrescentou ainda que em relação ao chamar-se centro histórico de Torres Novas e Lapas, não tem problemas que seja só de Torres Novas, porque as Lapas como freguesia, já está integrada na cidade. Solicitou é que antes de ser iniciada a requalificação do centro histórico, que fosse tida em conta, a limpeza nas ruas de Lapas, estão uma vergonha, foram calcetadas, estão bonitas, mas não há limpeza que lá chegue. Depois no centro histórico, da parte da freguesia de Lapas, existem também grandes problemas que têm de ser resolvidos, foi feito o calcetamento, está bonito, mas os cabos aéreos que foram colocados há uns anos nunca foram retirados. É vergonhoso como aquilo está, lembrando ainda a existência dos edifícios muito degradados e alguns em perigo, situação relativamente à qual, a Câmara já foi avisada várias vezes.-----

Sr. Presidente da Câmara – Respondeu de seguida a algumas questões, nomeadamente: quanto à discordância apontada pelo membro José Manuel Trincão, referente às restrições, acha possível a sua alteração. Sobre as propostas apresentadas pelo membro Ramiro Silva, em sua opinião, algumas não fazem sentido, como por exemplo a recuperação dos espaços públicos, porque a autarquia nos últimos oito anos se empenhou bastante na recuperação dos espaços públicos, em especial o centro histórico a nível de saneamento e renovação de canalização, faltando só o embelezamento da Praça 5 de

Outubro. Sobre o funcionamento dos TUT, referiu que passam no centro histórico de meia em meia hora, considerando assim as propostas algo desadequadas. Já a sugestão de se poder substituir a garantia bancária, é uma questão pertinente, pode ser até um seguro. Também quanto ao associativismo faz sentido juntar as áreas. Registou ainda as questões apontadas pelo Presidente de Junta das Lapas.-----

António Leal – Depois de saudar a mesa e restantes membros da Assembleia, disse o seguinte: “Relativamente a esta proposta apresentada, em nosso entender ela tem sobretudo um mérito que é de permitir à iniciativa privada poder construir no centro histórico. Ao contrário duma sociedade de reconversão e reabilitação urbana, essa terá naturalmente outro espírito desde que haja pelo menos um período dilatatório aos proprietários e aos que habitam no centro histórico e a outros que eventualmente queiram ter alguma iniciativa. Sobre isso deixa-lhes o mérito pelo menos de poder construir no centro histórico. Haverá com certeza outras medidas a aditar a esta que naturalmente complementarão a mesma. Relativamente a esta proposta, pareceu-nos pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara que ela seria extensiva a Lapas. Quanto à eficácia do regulamento terá a duração de dois anos e a partir daí entrarão com certeza outras medidas em vigor. Agora coloco as seguintes questões: Que tipo de apoio jurídico está a Câmara a pensar prestar aos munícipes sabendo-se que a actividade jurídica está circunscrita a alguns profissionais do foro e aqui parecia-nos que a autarquia deveria clarificar isto, se faz as escrituras, contratos, ou não. Definir. Ao ler o regulamento, pareceu-nos haver aqui uma situação contraditória, A alínea e) define como apoio global previsto na alínea a) que não se ultrapasse os vinte mil euros, depois na alínea h) diz que para a mesma intervenção não ultrapassará os dois mil e quinhentos euros. Parece-nos ser contraditória e haverá uma explicação para isto. Relativamente à alínea j) é evidente que o PSD não tem nada a opor de que a câmara também apoie a natalidade, embora isto seja um regulamento destinado à reabilitação do centro histórico, ter uma vertente de apoio á natalidade parece que vai ao encontro daquilo que o Senhor Presidente da Republica tem vindo a propalar nos seus discursos. Relativamente às pessoas singulares, as que tiverem menos de cinco mil euros não poderão ser objecto de apoio. Não parece muito razoável, eu posso não ter cinco mil euros de rendimento e posso ter cem mil contos no banco. É um pouco violento este artigo

9. Depois a garantia bancária se fizermos contas, se for num valor máximo ela terá (ao indivíduo que apresenta a garantia bancária) um encargo de mil e 400 euros para o período total. Parecia lógico que essa garantia bancária fosse reduzida à medida que o investimento fosse sendo feito. Pareceu-me entender, pela exposição que foi aqui feita, que este regulamento não impede, o trespasse, a cessão de exploração nem a venda, portanto um indivíduo pode reconstruir um edifício e a seguir tem um estabelecimento, pode vendê-lo, porque razão é que fica ele obrigado a uma garantia bancária e não fica o outro seguinte que vai ficar com o estabelecimento. Relativamente às isenções: As isenções do IMI, compreendo, é uma taxa do património sou detentor não pago IMI porque construí o edifício, já estava previsto na Lei, mas o IMT vai taxar a transmissão, ou seja não vai beneficiar os beneficiários do CHERE, são quem constrói, mas aqui os beneficiários do CHERE vai ser quem compra, ou seja: eu construo, tenho um benefício, não pago IMI, vou vender não sou eu que vou beneficiar, vai ser quem compra. Quem compra casas reconstruídas no centro histórico, é um beneficiário indirecto porque vai comprar uma casa reconstruída não paga IMT durante três anos, será?

Tendo havido de seguida, resposta negativa da parte do Sr. Presidente a esta questão, continuou a sua intervenção, acrescentando o seguinte: “é preciso clarificar esta situação porque a proposta vai ter esta abrangência.

No ponto 12, refere apoio ao arrendamento, será ao arrendatário, ou seja: eu vou arrendar no centro histórico, vou ter um apoio de 20% da renda de um edifício, estes apoios são cumulativos com outro tipo de apoio? Parece um benefício duplo”.

Referiu por último haver com certeza algumas incorrecções no documento que lhe foi entregue, por já ter testado outros e não condizerem com o seu, nomeadamente a nível de numeração, esperando que essa situação seja devidamente corrigida, dando oportunidade a que em documento final se clarifique melhor as situações por si e por outros questionadas.-----

Sr. Presidente da Câmara – Referiu que o documento em análise não é nenhum regulamento ainda e reafirmou que os centros históricos de Torres Novas e Lapas são a cidade de Torres Novas. Acrescentou que sobre a questão dos prazos, defende que o programa terá de ter um prazo de vigência e o apoio jurídico a prestar, é mais a nível de

aconselhamento. Também a questão da garantia bancária terá de ser bem aprofundada e se for essa a opção final, será para ir reduzindo à medida que a obra vai avançando.-----

Fernando Zuzarte Reis – Disse o seguinte: “Gostava antes de mais, de congratular o executivo por ter elaborado este programa, que em meu entender poderá ser de futuro uma ferramenta concreta para a reabilitação e requalificação do centro histórico. Nas vertentes de intervenção e na vertente urbana não se fala da reconstrução, um edifício que esteja na raiz, ou seja, que não tem fachadas para reconstruir, que se encontre destruído, pergunto, se vai haver ou não apoios para a sua reconstrução. Na área da vertente social fala-se nas alíneas b) e e) de actividades que não estão bem especificadas e penso que seria bom que fossem definidas quais serão as actividades a apoiar. Suscita-me ainda uma dúvida dos montantes a ser pagos. No caso de um estabelecimento que já esteja a funcionar, terá este o mesmo apoio? Não estão aqui também definidos os limites de apoios, se os mesmos se vão sucedendo havendo a transmissão do imóvel”.-----

António Gomes – Fez a seguinte intervenção: O documento apresenta uma preocupação séria, as cidades só o são se tiverem pessoas e se as pessoas habitarem e viverem os seus centros como comunidade.

As periferias é hoje reconhecido são um problema, a construção dispersa sai cara, não trás qualidade de vida e a comunidade enquanto tal, não existe.

Os apoios financeiros assim como as isenções aqui propostas são importantes.

Gostaria de chamar a atenção para os pontos 8 e 9, o BE não poderá nunca concordar com estas propostas, porquê só os residentes ou sedeados podem concorrer a estes apoios, existem assim tantos candidatos, não se pretende cativar, atrair jovens, independentemente do lugar onde nasceram porquê estas barreiras, estas fronteiras artificiais, temos alguma coisa contra quem não reside no concelho, para se ser torrejano tem que se prestar provas, parece que não se quer o CH habitado, ou o dinheiro para este fim é muito limitado.

O outro ponto impede as pessoas com menos de 5000 euros anuais de rendimentos se candidatarem, os mais pobres estão impedidos de acederem a estes incentivos,

provavelmente serão a maioria dos actuais residentes e proprietários, não se apoiando não se revitaliza o CHERE.

Como se justifica o apoio às mães eu diria famílias de um subsídio por nascimento de um filho desde que prove que reside há pelo menos 1 ano, então e se residir há seis meses não recebe, um ano já é prova de fidelidade a causa.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS

Este plano apenas apresenta medidas para o parque habitacional, ele só obterá êxito se acompanhado de medidas de apoio estrutural.

Na opinião do BE a inexistência de infra-estruturas de dinamização do espaço e de apoio aos potenciais moradores compromete o êxito deste CHERE.

Espaços públicos: que requalificação para o CHERE? terá que ter um parque infantil, ou dois terá que ter um espaço social para a 3ª idade.

O parque de estacionamento do Almonda tem que contemplar apoio aos moradores, uma percentagem de estacionamentos tem que ser desde já agregada a este projecto do CHERE, para dessa forma podermos retirar os carros do centro e aumentar a qualidade de vida para quem ali vai morar e para quem ali vai passar. O uso da bicicleta deve ser incentivado, Pequenos espaços verdes devem fazer parte da requalificação do CHERE.

As infra-estruturas eléctricas, telecomunicações, saneamento etc, têm de ser pensadas nessa óptica. A eficiência energética tem que estar pensada para as obras de recuperação dos edifícios.

Questão importantíssima deve ser a revogação do licenciamento da nova superfície comercial, aliás como aconselha a Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo. Este licenciamento é o contrário deste projecto, Torres Novas está saturada como diz o parecer da DRELVT de espaços comerciais, este parecer devia ser respeitado.

Também a construção na periferia deve ser encarada de forma diferente, deve ser desencorajada, bem sei que é difícil ainda mais quando as receitas provenientes desta rubrica são bem visíveis.

Quanto pensa o executivo municipal investir neste projecto?

Este projecto pode complementar ou excluir o apoio e ou a intervenção de outros programas que existem para a área da recuperação do edificado e que são da responsabilidade de instituições dependentes do Estado?-----

Manuel Filipe – Fez a seguinte intervenção: “em primeiro lugar, também congratular a Câmara pelo documento e pela iniciativa. E saudar também a oposição pelo momento que estamos aqui a viver, de debate e de enriquecimento dum documento que eu penso que todos ficamos a ganhar se todos contribuirmos para isso mesmo. Alguns aspectos já foram focados nalgumas intervenções anteriores e outros aspectos também já foram respondidos. Se, na questão do cartão de residente do centro histórico, já foi referido que o mesmo incluía benefício de utilização ao nível dos TUT, pergunta-se se, quando se concretizar a construção do parque subterrâneo no Almonda, se está a haver negociações para que a Câmara possa subsidiar ou criar algumas condições mais vantajosas, para que os habitantes do centro histórico possam ter facilidades de acesso a esse mesmo parque. Outra questão, e que diz respeito ao tipo de construção que se pretende para o centro histórico, suponho até que já fiz esta pergunta quando aqui foi debatido este assunto e estava presente o Vereador Lobo Antunes, é que tipo de construção se vai fazer, se vai haver uma construção com fidelidade à traça histórica, ou se irá apenas substituir a velha construção por uma nova. Isto para se saber se vai haver efectivamente respeito pelo centro histórico. Depois outras questões: saber se realmente o plano de recuperação do centro histórico poderá apenas restringir-se a estas medidas de apoio, ou se não deveria ser também acompanhado de medidas coercivas para que os proprietários de prédios ou as situações que estejam pendentes por questões de herdeiros, construíssem também eles as suas habitações, para que não se desse o caso de numa rua haver uma habitação nova e ao lado haver outra a cair e depois passar o prazo deste plano e haver os que aproveitaram e outros que não e o centro histórico ficar uma manta de retalhos. Pergunto ainda se a câmara pretende trazer alguns serviços para o centro histórico, visto a cidade ter intenção de ser uma cidade criativa, que apoio a artesãos e que disponibilidade de instalações para eles poderão existir. Por outro lado, já foi aqui falado nas associações. Seria interessante saber se a Câmara poderia celebrar protocolos ou parcerias, para trazer essas associações para o centro e dinamizá-lo. Falou-se ainda aqui no incentivo a jovens casais para o caso do nascimento dos filhos, mas, se houver casais que já tenham filhos e se eles se quiserem instalar no centro histórico, não poderá haver também outro tipo de incentivos, a nível escolar, por exemplo?-----

José Trincão Marques – Disse o seguinte: “Concordo com o Sr. Presidente da Câmara, quando diz que este documento é um documento político, que não está acabado. Não é um documento jurídico. Por isso, não faz muito sentido, nem este é o lugar próprio nem adequado para se discutirem técnicas de redacção jurídica, nem desenvolverem raciocínios jurídicos muito complicados. Até porque dava de certeza mau resultado. Aliás, e a título de exemplo, foi hoje aqui por várias vezes utilizada incorrectamente a expressão “aluguer de imóveis”. Na Faculdade de Direito esta correcção técnica dava chumbo certo. Não existe aluguer de imóveis, mas sim arrendamento de imóveis. Discutamos aqui política e não direito.

Em relação à questão do apoio jurídico, eu também reparei que efectivamente havia aqui essa referência. Porém, nem sequer me passou pela cabeça que a Câmara Municipal pudesse querer dar apoio jurídico aos candidatos, no sentido amplo do termo. Nem o podia fazer, nos termos da Lei. Seja como for, é bom clarificar esse aspecto para não haver dúvidas no futuro.

No que diz respeito à garantia bancária, daquilo que conheço, é talvez a forma mais expedita que a Câmara tem para garantir a sua posição, sendo simultaneamente mais favorável aos beneficiários. A hipoteca é mais complicada e onerosa. Poderia era ficar em aberto, à escolha do particular, a opção entre a garantia bancária e outro tipo de caução. Mas penso que a garantia bancária é provavelmente a melhor solução.

Quanto ao prazo de dois anos para a garantia bancária não me parece muito elevado. Consta no documento, no número 5 alínea b), como são atribuídas as tranches dos subsídios aos particulares. Ora, o prazo da garantia é compatível e concilia-se com os prazos das tranches a conceder pelo Município aos particulares.

Falou-se também aqui na possibilidade de se diferenciarem os apoios a conceder, em função dos rendimentos dos candidatos. Eu sinceramente não me parece boa essa ideia. Por várias razões. O objectivo directo deste programa é essencialmente e em primeira linha recuperar o centro histórico e não subsidiar as famílias ou apoiar as famílias carenciadas. Famílias estas que também devem ser apoiadas e ajudadas, mas com outras políticas e instrumentos. Se o objectivo é efectivamente recuperar o centro histórico, parece não fazer

sentido diferenciar os candidatos em função do rendimento, porque isso pode de alguma maneira condicionar o investimento e a recuperação”-----

Ramiro Silva – Como breve nota disse: pela intervenção do Sr. Presidente vê-se que ele não percebeu algumas das coisas que nós quisemos referir, quando falou de esgotos e água e não era a isso que nos referíamos, não vou repetir o que dissemos. Se me permite aconselharia que depois lesse a acta para ver de facto o que foi dito.-----

Sr. Presidente da Câmara – Esclareceu que o que ouviu foi referência a espaços públicos, o espírito é que pode ser outro. Respondeu ainda às questões dos membros Zuzarte Reis e José Trincão Marques, relacionadas com a reconstrução e adiantou não existir condições para se substituírem aos empreiteiros, está-se a falar de recuperação e não de reconstrução. Falou do apoio à natalidade em que o fim é fixar as pessoas no centro histórico, mas a nível de apoio social, tudo terá de ser bem ponderado, ter em conta que há casas velhas fora do centro e até pelo concelho, estão no direito de reclamar, porque também pagam impostos. Fez algumas referências à situação de certos imóveis com inúmeros herdeiros, tornando-se difícil qualquer tipo de intervenção. Todas estas situações terão de ficar bem definidas no regulamento, referindo que em principio não irão apoiar os comerciantes que já existem, a não ser em casos de fachada a cair ou substituição de coberturas. Também não pode haver sobreposição de apoios e o programa REV irá acabar. Referiu haver situações que fazem todo o sentido, como o caso de não haver restrições na naturalidade dos habitantes e isso será analisado e equacionado na proposta do regulamento, bem como o apoio ao estacionamento de veículos, com o qual concorda e também o caso da inovação da eficiência energética que considera importante e que pode ser equacionado. Por último, reafirmou que a intenção é mesmo recuperar o centro histórico, que a concretizarem-se os equipamentos previstos como o Museu Alfredo Keill, o Mercado das Ideias, o Centro de Ciência Viva e ainda o embelezamento da Praça 5 de Outubro, valerá a pena todo o empenho da Câmara para quem queira reconstruir e possibilitar o viver em melhores condições.-----

António Gomes – Disse o seguinte: “O Sr. Presidente colocou aqui uma preocupação que tem a ver com a situação das pessoas que pagam impostos e não são do centro histórico, acho que temos de distinguir isso claramente, estamos a discutir o centro histórico e a importância que isso tem e o que isso pode trazer para o concelho, porque um centro histórico com vida ajuda o concelho todo, outra coisa são os outros apoios de carácter social que outras famílias nas freguesias podem e devem ter, não podemos correr o risco de ficarmos encolhidos por apoiar aqui e não apoiarmos noutro lado. Se vamos por aí então é que nunca mais temos centro histórico recuperado. Na minha opinião temos de nos concentrar claramente neste debate e nesta discussão e para os outros casos haverá outras políticas municipais naturalmente. Depois dizer que relativamente à questão que o Sr. presidente colocou quanto ao nascimento dos filhos, devemos ter normas no apoio, mas 1.250 euros pelo nascimento dum filho cuja família resida no centro histórico há pelo menos um ano, é muito limitado, valeria a pena correr o risco e diminuir esse prazo. Do ponto de vista social não tem peso? Relativamente ao crescimento das novas construções, não se pode impedir, mas pode-se condicionar, e o senhor Presidente sabe bem disso é a Câmara que tem o poder de licenciar novos loteamentos. Por último, desafiar o Sr. Presidente relativamente à questão que coloquei, “ revogue o licenciamento que fez da nova superfície comercial, junto ao Beira Rio”.-----

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, usou da palavra, o munícipe Tiago Ferreira, que teceu alguns elogios à proposta apresentada do CHERE, deixando um apelo à Câmara, para que seja prestado mais atenção e apoio às iniciativas dos jovens, relatando a sua experiência na área da restauração, na cidade, que o levou a desistir devido a várias exigências impostas pela Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara, respondeu às questões colocadas, prestando os devidos esclarecimentos, tendo de seguida, sido encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, do dia dez de Março, de dois mil e oito, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.-----

